



Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo

Departamento de Competições

Campeonato Estadual Sub 20 – Edição 2025



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fundada em 02/05/1917 - de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 1649 de 03/10/1927

Filiada à Confederação Brasileira de Futebol – CBF

www.futebolcapixaba.com

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O Campeonato Estadual Sub 20 de 2025, doravante denominado simplesmente CAMPEONATO será disputado pelas Associações que integram a sua tabela.

Tabela e regulamento publicado em 19/02/2025



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fundada em 02/05/1917 - de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 1649 de 03/10/1927

Filiada à Confederação Brasileira de Futebol – CBF

www.futebolcapixaba.com

CAPÍTULO II

Da Contagem de pontos

Art. 2º - O CAMPEONATO será regido pelo sistema de pontos ganhos, observando-se os seguintes critérios:

- a) Vitória – 03 pontos ganhos;
- b) Empate – 01 ponto ganho.

Tabela e regulamento publicado em 19/02/2025

CAPÍTULO III

Sistema de Disputa

Art. 3º - O CAMPEONATO será disputado em 4 (quatro) Fases: 1ª Fase (turno único), Quartas de Final, Semifinal e Final.

§ 1º – Em todas as partidas será observado o “Tempo Técnico Obrigatório” (TTO), onde o árbitro irá interromper a partida, para hidratação dos atletas, restringindo-se a uma parada por tempo, sempre após os vinte minutos. Este TTO terá duração de 2 (dois) minutos que deverá ser acrescido no final de cada tempo.

§ 2º – Durante o Tempo Técnico Obrigatório os atletas não poderão deixar o campo de jogo, bem como não será permitida a entrada em campo de qualquer pessoa não autorizada pelo árbitro.

Art. 4º - O CAMPEONATO será disputado em quatro fases na forma abaixo:

- a) 1.ª Fase (Turno único);
- b) 2.ª Fase (Quartas de Final em jogos de ida e volta);
- c) 3.ª Fase (Semifinal em jogos de ida e volta);
- d) 4.ª Fase (Final em jogos de ida e volta).

§ 1º – Em todas as fases as equipes iniciarão com zero ponto.

§ 2º – Equipes participantes: A. Desportiva Ferroviária V.R.D., Forte F.C., G.E.L., Linhares F.C., Porto Vitória F.C., Rio Branco A.C. SAF, Serra F.C., S.C. Brasil Capixaba, Vilavelhense F.C. e Vitória F.C.

Art. 5º - Na Primeira Fase (Turno Único) as equipes jogarão entre si em turno único, classificando-se para a próxima fase as 8 (oito) melhores equipes.

§ 1.º - Em caso de empate em pontos ganhos entre duas ou mais associações ao final da fase, o desempate será efetuado observando-se os critérios abaixo, aplicados às respectivas chaves:

- a) maior número de vitórias;
- b) maior saldo de gols;
- c) maior número de gols marcados;
- d) caso somente 02 (duas) associações continuarem empatadas em uma das colocações, o desempate será a favor da associação que somar o maior número de pontos ganhos no confronto direto;
- e) menor número de cartões vermelhos;
- f) menor de número de cartões amarelos;
- g) sorteio realizado pela FES.

§ 2º – Nos jogos entre os clubes da Grande Vitória e clubes do Interior deverão ser sempre realizados após às 15h. Caso as equipes entrem em comum acordo, a partida poderá ser realizada em outro horário.

§ 3.º - Todos os jogos da última rodada da primeira fase deverão ser simultâneos, exceto os que não estiverem correlacionados com situações de classificação.

Art. 6º - A Segunda Fase (Quartas de finais) realizar-se-á jogos de ida e volta entre as associações oriundas da Primeira Fase (Turno Único), conforme composição abaixo, sendo que a associação de melhor índice técnico fará o 2.º jogo em casa.

JOGOS DE IDA

JOGOS DE VOLTA

Confronto 1	8º Colocado X 1º Colocado	1º Colocado X 8º Colocado
Confronto 2	7º Colocado X 2º Colocado	2º Colocado X 7º Colocado
Confronto 3	6º Colocado X 3º Colocado	3º Colocado X 6º Colocado
Confronto 4	5º Colocado X 4º Colocado	4º Colocado X 5º Colocado

Parágrafo único - Ao término da 2ª (segunda) partida prevista na Fase Quarta de Final, se as Associações estiverem empatadas na soma de pontos ganhos, para se definir a Associação classificada para a fase seguinte, serão obedecidos os critérios na forma abaixo estabelecida, pela ordem, até o desempate:

- a) Maior saldo de gols na Fase Quartas de Final;
- b) Cobrança de pênaltis, de acordo com os critérios adotados pela International Football Association Board (IFAB).

Art. 7º A Terceira Fase (Semifinal) será disputada pelas associações vencedoras dos confrontos da Segunda Fase, no sistema de ida e volta, sendo que a associação de melhor índice técnico na Primeira Fase (Fase de Grupos) fará o 2º jogo em casa.

JOGOS DE IDA

JOGOS DE VOLTA

Confronto 5	Confronto 4 X Confronto 1	Confronto 1 X Confronto 4
Confronto 6	Confronto 3 X Confronto 2	Confronto 2 X Confronto 3

§ 1.º - Ao término da 2ª (segunda) partida prevista para essa Fase (semifinal), se as associações estiverem empatadas na soma de pontos ganhos para definir a classificação para a fase seguinte, serão obedecidos os critérios na forma abaixo estabelecida, pela ordem, até o desempate:

- c) Maior saldo de gols na Fase Semifinal;
- d) Cobrança de pênaltis, de acordo com os critérios adotados pela International Football Association Board (IFAB).

§ 2º - A disputa de pênaltis, quando aplicável, deverá ser iniciada em até 10 minutos após o término da partida.

Art. 8º - A 4ª Fase (Final) será disputada pelas associações vencedoras dos confrontos da 3ª Fase, no sistema de ida e volta, sendo que a associação de melhor índice técnico na 1ª Fase fará o 2º jogo em casa.

Parágrafo único - Em caso de concordância das equipes finalistas, esta Fase poderá ser realizada em jogo único, sendo que o local para realização desta partida será definido em reunião com os clubes e Federação.

Art. 9º - Ao término da partida prevista para a Fase Final, se as 2 (duas) associações estiverem empatadas na soma de pontos ganhos, para se apurar a associação campeã do CAMPEONATO, será obedecido o critério na forma abaixo estabelecida:

- a) Maior saldo de gols na Fase Final;
- b) Cobrança de pênaltis, de acordo com os critérios adotados pela International Football Association Board (IFAB).

Parágrafo único - A disputa de pênaltis, quando aplicável, deverá ser iniciada em até 10 minutos após o término da partida.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fundada em 02/05/1917 - de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 1649 de 03/10/1927

Filiada à Confederação Brasileira de Futebol – CBF

www.futebolcapixaba.com

CAPÍTULO IV

Dos Troféus e dos Títulos

Art. 10 - À associação vencedora do CAMPEONATO será atribuído o título de Campeão Campeonato Estadual Sub 20 de 2025 e à segunda colocada, o de Vice-Campeã.

Art. 11 - A associação campeã receberá um Troféu de posse definitiva, e mais 35 medalhas douradas para seus atletas e comissão técnica; e associação vice-campeã receberá 35 medalhas prateadas para seus atletas e comissão técnica.

Tabela e regulamento publicado em 19/02/2025

CAPÍTULO V

Da Condição de Jogo dos Atletas

Art. 12 - É de inteira responsabilidade dos clubes e dos atletas a veracidade das informações constantes nos documentos encaminhados à FES.

Parágrafo Único - O simples envio da documentação pelo Sistema Gestão Web - CBF de qualquer atleta, não significa, em **nenhuma hipótese**, que o mesmo esteja legalmente registrado e/ou inscrito em uma competição e muito menos que tenha condição de jogo.

Art. 13 - É obrigatório que o atleta profissional e amador tenha um intervalo de 48 (quarenta e oito) horas, entre a disputa de uma partida e outra.

Art. 14 - Podem participar do CAMPEONATO atletas profissionais e amadores registrados no Departamento de Registro e Transferência da FES, e que constem no **BID (Boletim Informativo Diário)** da CBF até o último dia útil que antecede cada partida.

§ 1º - Novas inscrições de atletas para utilização no CAMPEONATO deverão constar no BID (Boletim Informativo Diário) da CBF **até o dia 02/05/2025 (sexta-feira)**.

§ 2º - Poderão ser inscritos e participar do CAMPEONATO atletas profissionais e amadores nascidos em "**2005, 2006, 2007, 2008 e 2009**".

§ 3º - Atletas em retorno de empréstimo poderão participar do CAMPEONATO, desde que o encerramento do contrato ou termo de rescisão seja efetuado até o limite do prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 4º - Os contratos e/ou vínculos não profissionais, rescisões e termos aditivos contratuais de atletas participantes do CAMPEONATO, somente serão aceitos

no Setor de Registros, Inscrições e Transferências de Atletas da FES, até 15 (quinze) dias após a data constante no respectivo documento.

§ 5º - Nas transferências internacionais, embora registrados, o atleta terá condição legal de jogo, somente após a devida concessão da transferência pela CBF e com seu registro no **BID (Boletim Informativo Diário)** da CBF.

§ 6º – Os contratos e/ou vínculos não profissionais e as transferências que dependam da quitação do boleto bancário só serão processados após a respectiva compensação bancária.

§ 7º - Nos casos de renovação de contrato e/ou vínculos não profissionais o atleta terá condição de jogo a qualquer tempo, não sendo observadas quaisquer limitações de prazo para registro, desde que a publicação do ato de renovação contratual, no **BID (Boletim Informativo Diário)**, venha a ocorrer em prazo não superior a 15 dias contados a partir da data do término do contrato anterior.

§ 8º – Nos casos em que a publicação no **BID (Boletim Informativo Diário)** do ato de renovação contratual e/ou vínculos não profissionais ou prorrogação ocorrer em prazo superior aos 15 dias, serão observados os prazos normais de condição de jogo previstos no regulamento da competição.

§ 9º - Ocorrendo a profissionalização de atletas pelo mesmo clube, tais atletas estarão em condição de jogo a qualquer tempo desde que já registrados na competição.

Art. 15 - Cada clube poderá realizar substituição de seis (6) atletas, por jogo, desde que respeite o máximo de três (3) atos de substituição no decorrer da partida.

Parágrafo único – Caso o clube realize substituição(ões) durante o intervalo da partida, o mesmo ainda terá três (3) atos de substituição no decorrer do jogo.

Art. 16 - O clube que incluir em sua equipe atleta(s) que não esteja(m) devidamente registrado(s) no Setor de Registros, Inscrições e Transferências de Atletas da FES e/ou sem condição de jogo, ficará sujeito às penalidades aplicadas pelo TJD/ES.

Art. 17 - Os clubes poderão incluir até 5 (cinco) atletas estrangeiros, devidamente registrados no Setor de Registros, Inscrições e Transferências de Atletas da FES, nos jogos do CAMPEONATO, dentre os relacionados no Formulário padrão da FES.

Art. 18 - Um atleta somente poderá constar em súmula e/ou atuar, no máximo, por duas associações participantes no mesmo CAMPEONATO, sendo que na primeira delas, somente até a **terceira** rodada da fase de Grupos.

CAPÍTULO VI

Infrações e Penalidades

Art. 19 - As penalidades provenientes da aplicação de cartões serão as seguintes:

- a) 1 (um) cartão vermelho = Suspensão automática de uma partida;
- b) 3 (três) cartões amarelos = Suspensão automática de uma partida;

Parágrafo único. O clube será julgado pelo TJD/ES, caso venha a utilizar jogadores sem condições legais de jogo.

Art. 20 - Os atletas e os membros das comissões técnicas que forem expulsos de campo ou do banco de reservas ficarão automaticamente impedidos de serem relacionados na relação nominal do clube e de participar da partida subsequente, independentemente de decisão da Justiça Desportiva, no julgamento da infração disciplinar.

Parágrafo único - Se o julgamento ocorrer após o cumprimento da suspensão automática, sendo o atleta ou o membro da comissão técnica suspenso, deduzir-se-á da pena imposta a partida não disputada em consequência da expulsão.

Art. 21 - Perde a condição de jogo para a partida oficial subsequente do CAMPEONATO, o atleta advertido pelo árbitro a cada série de três advertências com cartões amarelos, independentemente da seqüência das partidas previstas na tabela da competição. Na aplicação dos cartões amarelos deve prevalecer o seguinte protocolo:

§ 1º - Um jogador que receber 1 (um) cartão amarelo e na mesma partida receber 1 (um) cartão vermelho direto, sem apresentação do 2º (segundo) cartão amarelo, será suspenso por 1 (uma) partida em virtude do cartão

vermelho e o cartão amarelo recebido antes do vermelho será computado na competição.

§ 2º - Um jogador que receber 1 (um) cartão amarelo, e na mesma partida receber o 2º (segundo) cartão amarelo, seguido do cartão vermelho, será suspenso por 1 (uma) partida em virtude do cartão vermelho e os 2 (dois) cartões amarelos recebidos anteriormente ao cartão vermelho, não serão computados na competição.

§ 3º - Um jogador que entra em campo com 2 (dois) cartões amarelos (oriundos de outros jogos) e no transcorrer da partida recebe 1 (um) cartão amarelo e, posteriormente, 1 (um) cartão vermelho direto, sem apresentação do 2º (segundo) cartão amarelo, será suspenso por 2 (dois) jogos, sendo 1 (um) jogo por ter recebido o 3º (terceiro) cartão amarelo e mais 1 (um) jogo por ter recebido o cartão vermelho.

Art. 22 - O controle de cartões é de exclusiva responsabilidade dos clubes disputantes da competição.

§ 1º - A contagem dos cartões amarelos será zerada após o termino da 1ª FASE do CAMPEONATO, porém, não isentam os atletas de cumprirem suspensão automática nas fases seguintes.

§ 2º - Os clubes deverão antes do início do campeonato informar através de ofício ao DCO da FES, os nomes dos respectivos membros de suas comissões técnicas. Caso ao decorrer do campeonato, haja o desligamento de um dos profissionais informados e/ou contratação de um novo membro os clubes deverão informar ao DCO da FES.

CAPÍTULO VII

Da tabela, praças esportivas e mando de campo

Art. 23 - Após a publicação do regulamento e tabela do CAMPEONATO a(s) associação(ões) participante(s) que desistirem de forma antecipada e/ou durante o CAMPEONATO, terão uma multa administrativa de 10.000,00 (dez mil reais), independentemente das sanções de competência da Justiça Desportiva, e o valor será inserido no borderô financeiro da partida, em seus jogos a serem realizados durante as Competições de cunho profissional.

§ 1º - Caso uma equipe não compareça a uma partida, caracterizando assim W x O, a mesma será penalizada com multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), independente, das penas impostas pela Justiça Desportiva.

§ 2º - Caso uma equipe não compareça a uma segunda partida, caracterizando assim um segundo W x O, a mesma será penalizada com multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conseqüentemente eliminada do CAMPEONATO e será afastada de todas as competições amadoras/base (Sub 20, Sub 17, Sub 15, Sub 13, Sub 11, Feminino e Feminino Sub 17) promovidas pela FES por 2 (dois) anos, independente, das penas impostas pela Justiça Desportiva.

§ 3º - Em hipótese alguma serão realizados cancelamentos de partidas em virtude da alguma equipe não ter chances de classificação.

§ 4º - Se uma Associações abandonar ou for eliminada da competição, os resultados dos jogos realizados serão mantidos e os jogos restantes, passam a ser W x O em favor das equipes adversárias, pelo escore de 3 x 0.

Art. 24 - Todos os jogos deverão ser realizados em local que possua acesso ao público, campo com alambrado e vestiários em boas condições de uso para ambas as equipes e para arbitragem.

§ 1º - Nas 3ª e 4ª Fases os estádios deverão obedecer às normas de segurança e de higiene exigidas pela legislação (municipal, estadual e federal) e com laudo expedido pelo Corpo de Bombeiros, contendo a capacidade de público de no mínimo de 1.000 (hum mil) pessoas sentadas.

§ 2º - Não será permitida a instalação de arquibancadas ou camarotes provisórios nos estádios.

§ 3º - Caso os estádios estiverem sem o laudo expedido pelo Corpo de Bombeiros, os jogos serão transferidos para uma outra praça esportiva indicada pelo clube mandante, sendo todas as despesas e providências administrativas para realização da partida no estádio indicado por conta do **clube mandante**.

Art. 25 - Pedidos de alterações de data ou horários de partidas somente serão analisados pela FES se efetuados por documento, devidamente instruído e justificado, encaminhado via e-mail ou fax com a antecedência mínima de **10 (dez) dias**.

Art. 26 - As Associações que percam mando de campo por decisão da Justiça Desportiva, só poderão indicar nova praça de desporto, para mando de jogos, que estejam situadas no mínimo a **50 km** de distância de sua cidade sede (estádio indicado como mando de campo).

Art. 27 - As associações só poderão usar nas competições, os uniformes previstos em seus estatutos, ressalvando o disposto quanto ao uso de publicidade.

Parágrafo único - Em todas as partidas, salvo acordo entre as associações disputantes, usará o uniforme número 1 (um) a associação colocada à esquerda da Tabela por ter o mando de campo. Se houver necessidade de troca de uniforme, esta será efetuada pela associação visitante.

Art. 28 - Compete ao clube que tiver mando de campo:

1. Adotar as medidas necessárias para prevenir e reprimir desordens no ambiente da partida, inclusive quanto ao lançamento de objetos no campo de jogo;
2. Zelar pela segurança de atletas e comissões técnicas, árbitros e assistentes, profissionais da imprensa, e pessoas que estejam atuando como prestadores de serviços autorizados;
3. Tomar as necessárias providências para que os pisos dos gramados estejam em condições normais de uso;
4. Providenciar com a devida antecedência a marcação do campo de jogo, o que obedecer rigorosamente às disposições da Regra 1 da IFAB, bem como a colocação das redes das metas e a instalação dos bancos para atletas reservas e membros das comissões técnicas;
5. Tomar as necessárias providências para que os vestiários dos atletas e do árbitro estejam em condições normais de uso;
6. Manter permanentemente um quadro de avisos na parede externa dos vestiários das equipes para a publicação das escalações das equipes e informes pertinentes;
7. Manter no local da partida, até o seu final, os equipamentos de primeiros socorros abaixo relacionados:
 - a) Maleta de primeiros socorros;
 - b) Maca portátil de campanha, com duas pessoas designadas para sua utilização;
 - c) Equipamentos e medicamentos apropriados para atendimento de atletas perante a ocorrência de casos de mal súbito e para procedimentos de reanimação cardiopulmonar;

8. Providenciar para que todos os estádios sejam equipados com Cabine de Imprensa ou, na sua falta, com local adequado em área isolada do torcedor, para o trabalho dos profissionais da imprensa especializada;
9. Tomar as necessárias providências para que os banheiros e bares do estádio estejam em condições normais de uso para as torcidas e diretoria do clube mandante e visitante, profissionais da imprensa e prestadores de serviço da partida;
10. Providenciar um quadro de no mínimo de 6 (seis) gandulas, os quais deverão ser treinados e uniformizados para os serviços das partidas, com a exigência de rápida reposição de bola e absoluta neutralidade de comportamento em relação às equipes participantes.
11. Providenciar também um quadro de no mínimo de 2 (dois) maqueiros, os quais deverão ser treinados e uniformizados para os serviços das partidas, com a exigência de atuação rápida quando solicitado pelo árbitro da partida, e absoluta neutralidade de comportamento em relação às equipes participantes.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fundada em 02/05/1917 - de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 1649 de 03/10/1927

Filiada à Confederação Brasileira de Futebol – CBF

www.futebolcapixaba.com

CAPÍTULO VII

Do Sistema de Controle de Dopagem

Art. 29 - Por solicitação dos clubes disputantes ou a qualquer momento, a critério da FES, poderá ser efetuado o EXAME ANTIDOPING nos jogos do CAMPEONATO, correndo o total das despesas por conta dos clubes.

Parágrafo Único - Qualquer atleta que esteja relacionado para a partida estará sujeito ao sorteio para o exame de controle de dopagem, observadas as normas da legislação em vigor.

Tabela e regulamento publicado em 19/02/2025



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fundada em 02/05/1917 - de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual N° 1649 de 03/10/1927

Filiada à Confederação Brasileira de Futebol – CBF

www.futebolcapixaba.com

CAPÍTULO VIII

Da Disposição Financeira

Art. 30 - As despesas dos jogos do CAMPEONATO serão informadas aos clubes participantes para que efetuem o devido pagamento.

Tabela e regulamento publicado em 19/02/2025

CAPÍTULO IX

Da Arbitragem

Art. 31 - A elaboração das escalas de árbitros e árbitros assistentes é de competência, EXCLUSIVA, da CEA/ES (Comissão Estadual de Arbitragem de Futebol do Espírito Santo), as quais se farão através de seleção pela comissão, não sendo aceito VETO de qualquer espécie ou indicações de nomes.

§ 1º - O árbitro e seus assistentes escalados para o jogo deverão apresentar-se no local da partida com 2 (duas) horas de antecedência ao início desta.

§ 2º - O árbitro e seus assistentes escalados para o jogo deverão ter obrigatoriamente um intervalo de 48 (quarenta e oito) horas, entre uma partida e outra.

§ 3º - Os Clubes participantes do CAMPEONATO concordam que a FES poderá fazer uso da tecnologia do VAR como suporte ao Árbitro, nos termos estabelecidos no protocolo aprovado pelo IFAB – The International Football Association Board (VAR Handbook). Os Clubes aceitam que a tecnologia poderá ser utilizada em todas ou algumas partidas do CAMPEONATO, sempre que possível, e concordam que eventual impedimento total ou parcial no uso da tecnologia durante uma partida, bem como qualquer falha ou desconformidade na operação do VAR, não constituirão base para suspensão ou interrupção da partida e nem, muito menos, fundamento para pedido de anulação da partida correspondente, nem servirão como fundamento para qualquer pleito de natureza indenizatória.

Art. 32 - A arbitragem terá direito a receber uma taxa (valor) por jogo, correspondente aos serviços prestados no CAMPEONATO, conforme os valores a serem definidos pela Diretoria da FES e informados antes do início do CAMPEONATO aos clubes participantes.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fundada em 02/05/1917 - de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 1649 de 03/10/1927

Filiada à Confederação Brasileira de Futebol – CBF

www.futebolcapixaba.com

§ 1º - As equipes sediadas em cidades aonde não existem base de arbitragem, ou quando a Comissão de Arbitragem escalar árbitros de outros municípios deverão pagar um adicional de auxílio de transporte para o quarteto de arbitragem por rodada quando mandante que deverá ser pago em espécie antes das partidas diretamente ao quarto árbitro.

§ 2º - O reembolso do transporte da arbitragem terá o limite mínimo de 50 km rodado (ida e volta), ou seja, se dá origem do árbitro ou árbitro assistente até a cidade na qual será realizada a partida, somando-se a ida e a volta, não se atingir o mínimo de 50 km rodados, **NÃO HAVERÁ** o reembolso de transporte no valor de R\$ 1,00 por km rodado. **E quando houver o valor a ser reembolsado, o Departamento de Arbitragem da FES encaminhará para os árbitros e para o DCO, o valor a ser ressarcido, para que os clubes sejam comunicados.**

Tabela e regulamento publicado em 19/02/2025

CAPÍTULO X

Disposições Finais

Art. 33 - O presente Regulamento é aplicado conjuntamente com o Regulamento Geral das Competições Organizadas pela FES, Regulamento Geral de Competições da CBF, CBJD e Estatuto do Torcedor.

Art. 34 - As associações participantes reconhecem a Justiça Desportiva como Foro competente e definitivo para resolver as questões previstas no CBJD, que surjam entre si ou entre elas e a FES, e renunciam recorrer ao Poder Judiciário de qualquer ato ou decisão emanada da Justiça Desportiva.

§ 1º - A associação que não cumprir o disposto neste artigo, ou que se valer de decisões outras que não a da Justiça Desportiva, será alijada da competição que estiver disputando, através de ato administrativo da Presidência da FES, sem prejuízo das sanções previstas nas normas da CBF, da CONMEBOL e da FIFA.

§ 2º - A violação do § 1º do artigo ensejará a imediata comunicação do fato à CBF, para as providências cabíveis junto à CONMEBOL e FIFA.

Art. 35 - Só poderão assinar a súmula da partida, e tomar assento no banco de reservas, os seguintes profissionais:

- 01 (um) Treinador;
- 01 (um) Auxiliar Técnico;
- 01 (um) Preparador Físico devidamente registrado no C.R.E.F.;
- 01 (um) Preparador de Goleiro;
- 01 (um) Médico devidamente registrado no C.R.M.;
- 01 (um) Massagista ou 1 (um) Fisioterapeuta devidamente registrado no C.R.E.F.I.T.O.;
- 12 (doze) atletas, na condição de reservas imediatos.

§ 1º - **AQUECIMENTO:** Somente poderão participar do aquecimento 6 (seis) jogadores de cada vez, no local determinado pelo árbitro. Estes não poderão ficar parados assistindo a partida, mas praticando o mencionado aquecimento. O Quarto Árbitro deverá observar o cumprimento da presente orientação.

§ 2º - Na falta dos profissionais citados acima, os mesmos não poderão ser substituídos.

§ 3º - Cada associação deverá entregar a relação nominal devidamente preenchida a máquina ou impressa no computador ao 4º árbitro, 45 (quarenta e cinco) minutos antes da hora marcada para o início da partida. A identificação dos atletas será feita pela exibição da carteira do atleta, expedida pela Federação. No caso de perda ou extravio, poderá excepcionalmente ser apresentado o documento de identidade expedida por órgão oficial do País.

§ 4º - Também deverão estar devidamente identificados, nas relações apresentadas pelos clubes, os membros da comissão técnica ocupantes dos bancos de reservas.

§ 5º - No caso do Preparador Físico, o Médico e Fisioterapeuta também deverão exibir seus registros profissionais.

Art. 36 - As Associações com mando de campo devem disponibilizar uma **Ambulância (com aparelho desfibrilador, socorrista e técnico de enfermagem)**, além de cumprir todas as exigências legais, relativas à segurança do evento, bem estar do público e dos demais envolvidos.

§ 1º - Caso a partida não seja iniciada no horário programado devido à falta de ambulância, e/ou aparelho desfibrilador, e/ou por falta de 1 (um) técnico de enfermagem, o árbitro da partida deverá aguardar 30 (trinta) minutos,

prorrogável para mais 30 (trinta) minutos, se assim entender que um dos motivos que deu origem ao não início da partida poderá ser sanado.

§ 2º - Caso a partida não possa ser realizada devido à falta de ambulância, e/ou aparelho desfibrilador, e/ou por falta de 1 (um) técnico de enfermagem, a equipe detentora do mando de campo será, automaticamente, declarada perdedora pelo escore de 3 x 0.

§ 3º - A não realização de uma partida não isenta o clube mandante do pagamento das despesas dela decorrentes.

§ 4º - A Ambulância e equipe médica deverão permanecer durante todo o tempo no local da partida.

Art. 37 – O atendimento emergencial aos atletas durante a partida será de responsabilidade das Associações participantes.

Art. 38 – Todas as comunicações e publicações de circulares, atos, resoluções e decisões relacionadas ao CAMPEONATO serão efetuadas por meio do site www.futebolcapixaba.com, que deve ser acessado diariamente pelas Associações participantes, para conhecimento e cumprimento das medidas necessárias, e enviadas aos clubes participantes para a conta de e-mail institucional de cada clube (nome do clube@futebolcapixaba.com).

Art. 39 – Compete exclusivamente à Diretoria da FES interpretar as disposições deste regulamento, bem como decidir sobre eventuais dúvidas e omissões que surgirem na sua execução.

Art. 40 - A bola utilizada no CAMPEONATO será da marca KAGIVA.

Art. 41 - O clube participante, sob sua responsabilidade, fornecerá por escrito à FES, um endereço eletrônico (e-mail), para efeitos de intimações e citações do TJD.

Parágrafo único – Todas as intimações e citações do TJD serão publicadas na página principal do site da FES – www.futebolcapixaba.com, que deverá ser acessado diariamente pelas associações participantes.

Art. 42 - A autorização para exploração comercial do nome, marca, símbolos, publicidade estática e/ou eletrônica e demais propriedades inerentes à Competição é de competência exclusiva da FES, única titular de tais direitos.

Art. 43 - Os Clubes cedem com exclusividade à FES em todo o território brasileiro e internacional, em caráter gratuito e irrevogável, os direitos de captação, fixação, exibição, transmissão e reexibição de sons e imagens em televisão aberta, fechada, pay-per-view, via internet e via telefônica de todos os jogos da Competição. A FES poderá ceder, no todo ou em parte a terceiros, no Brasil e no exterior, os direitos cedidos pelos Clubes.

Art. 44 – Este regulamento está sujeito a modificações, de acordo com as previsões legais e passará a vigor após a sua publicação.

Vitória, 19 de fevereiro de 2025.

Departamento de Competições FES